

MULHERES DA ARTICULAÇÃO DE AGROECOLOGIA SERRA MAR: PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO POPULAR FORTALECENDO AÇÕES EM REDE*

Suenya Santos
Vanessa Schottz

Introdução

*Radicalizamos nossa luta! Contra o patriarcado, o racismo, lesbofobia, contra qualquer imposição sobre nossa forma de amar, contra o capital: estamos em fúria feminista!
(Síntese da Plenária das Mulheres no IV ENA – 2018).*

O presente capítulo tem como objetivo compartilhar a experiência recente de organização do Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação de Agroecologia Serra Mar (GT Mulheres da AASM). Essa caminhada vem sendo construída coletivamente em interação com projetos de extensão popular desenvolvidos em universidades públicas numa perspectiva interdisciplinar e interinstitucional.

O GT Mulheres da AASM está inserido em uma estratégia mais ampla de auto-organização nos diversos espaços e redes regionais/estaduais que constituem a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Em sua ação política, o GT Mulheres da ANA, que reúne, atualmente, mais de 300 movimentos e organizações, busca fortalecer e valorizar as experiências agroecológicas das mulheres nos diferentes contextos socioambientais, promover espaços de formação e incidir sobre as políticas públicas a partir de uma perspectiva feminista “popular, antirracista e antiLGBT-fóbico” (GT Mulheres, 2018).

O ingresso no século XXI vem mostrando que há um conjunto de opressões que vem sendo renovado secularmente pela sociabilidade capitalista com a finalidade de acúmulo de lucros para pequenos grupos, famílias e corporações no mundo. Além da exploração de classe, temos a opressão étnico-racial e patriarcal. Dessa forma, compreende-se a necessidade de as mulheres terem um espaço próprio para trocas sobre suas condições de vida e para se articularem e se fortalecerem enquanto sujeitos políticos. Nós mulheres somos protagonistas em diversas esferas e dimensões da vida, mas estamos sendo objetificadas há muitos séculos por opressões patriarcais, que anulam nossos conhecimentos, saberes e práticas, que superexploram e ao mesmo tempo desvalorizam nosso trabalho e que impõem regras sociais que limitam nossos corpos e nossas possibilidades de emancipação. Essas desigualdades são ainda mais fortes entre determinados segmentos sociais e essa iniciativa vem sendo construída para fortalecer mulheres agricultoras.

Nesse contexto, em 2017 tem origem o GT Mulheres da AASM como um coletivo que se articula em torno da defesa da agroecologia, dos direitos das

*DOI – 10.29388/978-65-86678-92-5-0-F.82-93

mulheres, da soberania e segurança alimentar e nutricional (SSAN) e da luta contra os agrotóxicos.

Então, venha e mergulhe na experiência do GT Mulheres da AASM, deixe-se tomar pelos seus dilemas, se encante com as suas riquezas, se inspire nas suas resistências!

De que território estamos falando? Protagonistas e seus territórios: desafios e conquistas

A gestação desse GT teve como um dos elementos potencializadores a realização da pesquisa das Cadernetas Agroecológicas (CA) que, em alguns territórios da região sudeste, ocorreu entre abril de 2017 e fevereiro de 2018. Trata-se de um instrumento metodológico construído pelo Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata/MG (CTA/ZM) em diálogo com o GT Mulheres da ANA que tem como objetivo contribuir para dar visibilidade ao trabalho das agricultoras através do registro diário e acompanhamento da produção econômica monetária e não monetária que elas realizaram no referido período (Cardoso et al, 2019). Duas agricultoras negras da região Serra Mar fizeram parte dessa pesquisa e foram tendo percepção sobre a importância e valor do seu trabalho que, em geral, não é visto nem pela própria família que naturaliza um conjunto de tarefas que, por serem consideradas atribuição das mulheres, não possuía o status de trabalho, menos ainda, que merecesse remuneração. Nesse instrumento, as mulheres anotam os produtos, e as quantidades que consumiram, que deram, que trocaram e que venderam. Um efeito colateral do envolvimento das mulheres nessa pesquisa é a percepção da necessidade de se organizarem, para se fortalecerem no reconhecimento do seu protagonismo e no envolvimento da luta feminista, trazendo novas companheiras para se articularem e movimentarem para arrebentar as correntes da opressão.

Desde então, o GT Mulheres da AASM vem sendo construído e na atualidade tem cerca de 28 mulheres, constituindo um grupo diverso, que é composto por agricultoras rurais e urbanas, na condição de assentadas ou pequenas proprietárias, artesãs, feirantes, viveiristas – negras, em sua maioria – educadoras populares, técnicas, estudantes e professoras. Faz-se importante registrar que não se trata de um grupo fechado. Ao contrário, está em processo permanente de construção, revisão, formação, ampliação, para fortalecimento das mulheres e suas redes, familiares, comunitárias e sociais.

Apesar de haver uma organização regional, a experiência desse grupo vem demonstrando que o afeto não tem fronteiras. Ao longo dessa caminhada de trocas, no âmbito das atividades da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro e do GT Mulheres AARJ, o GT Serra Mar que, em princípio, concentraria apenas mulheres dos municípios das baixadas litorâneas, criou um laço afetivo que reúne mulheres dos municípios de Casimiro de Abreu, Rio das Ostras, Silva Jardim, Nova Friburgo e Magé.

Tendo em vista que são mulheres que moram em territórios distintos, a nossa organização se dá por meio de encontros planejados, presenciais ou virtuais, a partir das temáticas de interesse indicadas pelas agricultoras. A comunicação cotidiana é feita por meio do aplicativo Whatsapp, canal pelo qual marcávamos os encontros presenciais e a partir da pandemia da Covid-19¹ passamos a marcar reuniões que ocorrem no próprio aplicativo, por meio de trocas de mensagens escritas, áudios e fotos.

A partir de metodologias do campo da educação popular, as conversas se dão a partir da realidade vivida, buscando superar as dificuldades, perspectivando construir caminhos de emancipação para nos distanciarmos de situações de opressão, galgando autonomia emocional e financeira. Dessa forma, além de ser um espaço de confiança e acolhimento onde podemos expor situações de violência, opressão, adoecimentos e também alegrias, para nos fortalecermos subjetivamente, planejamos ações coletivas para que possamos dar visibilidade ao trabalho das mulheres na agricultura e construir independência financeira.

Assim, nessa trajetória, por meio da tecnologia da informação as barreiras regionais conseguem ser parcialmente eliminadas, pois há que se considerar que é preciso ter acesso a aparelhos celulares, a redes de transmissão e ter condições de pagar pacotes de dados. Então, destacamos a importância da internet para facilitar as trocas e formação de redes, o que não substitui os encontros presenciais. Estes são reveladores de potência feminista a partir da história de vida de agricultoras, marcada por superação de situações de violência doméstica, por trocas afetivas e culturais. Com isso, esses momentos são essenciais para impulsionar ações coletivas concretas que têm tido efeitos muito importantes na vida de cada uma das agricultoras e do GT como um todo.

Ao longo dessa trajetória, muitas trocas entre as mulheres do GT aconteceram, resultando em ações concretas no sentido de ampliar o universo de circulação das agricultoras, de dar visibilidade aos respectivos trabalhos e sabedoria que elas carregam, e agregar valor aos seus produtos. Além de algumas agricultoras terem participado da pesquisa sobre as Cadernetas Agroecológicas, dando visibilidade ao trabalho delas, o grupo se ampliou e passou a se envolver em uma série de atividades, tais como:

- Participação em feiras nos respectivos municípios, e nas universidades públicas (Cidade Universitária de Macaé/UFRJ e UFF e UFF/Rio das Ostras).
- Participação no grupo Almoço Agroecológico, iniciativa da Ong Centro Tiê de Agroecologia, em que preparam pratos que expressam a comida de verdade, com opções veganas ao perceberem essa demanda, em eventos como: as Jornadas Universitárias em Defesa da Reforma Agrária (JURA) nas universidades supracitadas; nos Diálogos extensionistas Transdisciplinares que ocorreu na UFF/Rio das Ostras em 2017; no Plante Rio, em que estiveram por quatro edições (entre os anos 2016, com venda de cerca de 450 refeições

¹ Em função da pandemia de Covid-19, doença grave e contagiosa causada pelo novo coronavírus SARS-COV-2, a Organização Mundial de Saúde (OMS) e autoridades locais têm orientado o distanciamento social como uma das principais estratégias de prevenção.

e 2019, com venda de cerca de 300 refeições); algumas edições do Mercado fundição sustentável - feira cultural e agroecológica que ocorria mensalmente da Fundição Progresso; no I Encontro de Agroecologia da região Serra Mar com o tema *Tem veneno na sua comida?* realizado em 2019;

- Apresentação das experiências do GT em rodas de conversa sobre soberania e segurança alimentar, agroecologia e feminismo;
- Participação na Marcha das Margaridas e da 1ª Marcha das Mulheres Indígenas (2019);
- Participação nos eventos da Agroecologia como o IV Encontro Regional da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro, que ocorreu em 2017 no município de Paraty e no IV Encontro Nacional de Agroecologia que ocorreu em 2018 na cidade de Belo Horizonte;
- Construção da Articulação de Agroecologia Serra Mar;
- Realização de reuniões e oficinas de formação política e troca de experiências, nas quais foram compartilhadas receitas e debatidas temáticas relacionadas à SSAN, economia solidária, auto organização de mulheres, violência, racismo, ameaças ao SUS e os efeitos da reforma previdenciária sobre as mulheres rurais. Entre 2018 e 2020 foram realizadas as seguintes oficinas: “Compartilhando Receitas para a Soberania Alimentar”; “Mulheres e geração de renda: produção de mudas e de sabão ecológico”; “Mulheres da Articulação Serra Mar na luta por direitos rumo à Marcha das Margaridas”; “8M: Mulheres da Serra Mar na luta contra a violência”.

E, no período da pandemia do novo coronavírus:

- Fornecimento de produtos agroecológicos para cestas de consumidores que vêm se constituindo na região. São nove agricultoras do GT que residem em diferentes municípios e fornecem os seguintes produtos: ovos, queijo, doce de leite, doce de goiaba, sabões de mamão, biscoito de pupunha, pão de ora-pro-nóbis, empadão, nhoque de aipim e batata-doce, bolos, tapioca, escondidinho, pudim, kibe de abóbora, lasanha de berinjela, macarrão de aipim, nibs de cacau, massa de pastel aipim, polpa de jussara, banana, açafraão em pó e melado. As cestas são organizadas por dois grupos em Silva Jardim: um que inicialmente comercializava apenas em Silva Jardim, mas conforme o aumento da demanda, cresceu para outros municípios e; outros cujos produtos são entregues, desde o início, nos municípios de Camisiro de Abreu, Macaé, Niterói, Rio de Janeiro e Rio das Ostras. Cabe registrar que cerca de 40% da cesta que é comercializada, desde o início, para outros municípios para outros municípios conta com produtos processados pelas mulheres do GT.

Essa bela caminhada com ações coletivas concretas refletem um processo mais amplo de formação, ancorados no tripé: agroecologia, soberania e segurança alimentar e nutricional e feminismo.

Para iluminar a reflexão – Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), agroecologia e feminismos: de que se trata?

Vivemos numa sociedade que produz ao mesmo tempo abundância de alimentos e fome. Mas nem sempre foi assim. A modernização da agricultura no pós-II Guerra Mundial se caracterizou pelo uso de maquinário e insumos químicos para o cultivo de monoculturas, por meio da chamada Revolução Verde, com a promessa de acabar com a fome no mundo, sem necessidade de uma revolução socialista.

Com a crise do capital, a partir de final da década de 1960, a resposta do próprio capital vem sendo a adoção de políticas neoliberais pelo mundo que, em síntese, trata-se de uma chantagem dos organismos financeiros internacionais que emprestam dinheiro para os países sob a condição de adoção de ajustes estruturais que passam pela privatização de empresas e serviços públicos, desregulamentação da economia e flexibilização das relações trabalhistas.

A partir de então, houve uma superconcentração do sistema agroalimentar nas mãos de pequenos grupos que controlam a produção de sementes transgênicas, de maquinário, insumos químicos (adubos e agrotóxicos), de transporte, estocagem, circulação e comércio de alimentos. Esse sistema implica em aumento permanente de fronteiras agrícolas para a produção de commodities, tendo efeitos socioambientais cada vez mais graves que se expressam através da devastação ambiental, com uma contribuição central para o aquecimento global e as mudanças climáticas, da expropriação de territórios e de direitos, se beneficiando de desigualdades de ordem étnico-raciais e patriarcais. Grosso modo, o resultado desse modelo de desenvolvimento se traduz em reprodução ampliada da fome, ao mesmo tempo em que os alimentos disponibilizados pelas grandes redes de supermercados focam no comércio de ultraprocessados, cujo consumo contribui para a ocorrência de doenças crônicas não transmissíveis.

Mediante esse cenário, um conjunto de estudos demonstra o protagonismo das mulheres na luta pela vida, o que passa, necessariamente, pela luta pela terra e território para a produção de alimentos saudáveis. Nessa perspectiva, o geógrafo brasileiro Carlos Walter afirma:

Ao contrário de uma lógica preocupada com a produção, com a quantidade, com a produtividade, com a produção em série, tão característica do homem burguês e branco europeu, as mulheres trazem uma lógica preocupada com a reprodução, com a diferença, com a qualidade, tão característicos dos temperos de cada casa, mesmo quando se cozinham os mesmos frutos. Em muitos e diferentes povos e culturas se atribuem às mulheres a invenção da agricultura, os segredos da reprodução da vida e, vê-se, não só daquela que se gera no ventre. Seus *saberes* trazem *sabores* e, assim, exigem contato, tato, até porque o sabor implica o paladar e este pressupõe estar em contato – o corpo deve estar presente no saber, seja com a língua, com a boca, com as mãos. O que se requer é um saber presente, que dialogue com o lugar, que dialogue com

os do lugar, e que não se imponha do alto, de fora, eis a questão (Porto-Gonçalves, 2004; p. 43, grifos do autor).

Essa passagem é bastante simbólica porque revela não apenas a importância da existência das mulheres na geração da vida, em amplos aspectos, mas também em anunciar uma produção de saber que vai ao encontro da perspectiva da educação com a qual nossos projetos de extensão trabalham: *a educação popular*. Posto que os processos de construção de conhecimento entre a universidade e a sociedade passam por relações horizontais, de reconhecimento do saber popular e do protagonismo das mulheres. E essa construção que se expressa no GT Mulheres da AASM vem de longe.

Federici (2019), em “O Ponto Zero da Revolução”, apresenta uma extensa e profunda argumentação sobre a invisibilidade do trabalho das mulheres, a quem, historicamente, foram atribuídas tarefas ligadas à reprodução social. Na conformação da sociabilidade capitalista, foi necessário o controle sobre os corpos das mulheres e seus saberes milenares, subordinando-as à lógica da geração de força de trabalho, no caso dos homens para as atividades consideradas produtivas e no caso das mulheres não remunerando ou mal remunerando as atividades consideradas reprodutivas, como o cuidado dos familiares e de todo o cotidiano do trabalho doméstico. Foi um processo brutalmente violento que tem como grande símbolo o movimento de caça às bruxas, levado a cabo pelo próprio Estado. Contudo, apesar de tamanho massacre e silenciamento secular, a rebeldia feminina na luta pela vida e pela liberdade continua pulsando por meio da auto-organização das mulheres. Nesse ingresso no século XXI, mediante a crise ambiental e civilizatória em que estamos mergulhados, os movimentos feministas têm um protagonismo central na luta pelos bens comuns, sob os quais o capital tem avançado, como a terra, o ar e a água. Assim, a autora observa:

Apesar de uma tentativa sistemática das potências coloniais de destruir os sistemas femininos de agricultura, as mulheres hoje constituem a maior parte dos trabalhadores agrícolas do planeta e estão na vanguarda da luta por um uso não capitalista dos recursos naturais (terra, florestas e águas). Mediante a defesa da agricultura de subsistência, o acesso comunal à terra e a oposição à expropriação da terra, as mulheres estão construindo internacionalmente o caminho para uma nova sociedade não explorada, na qual a ameaça da fome e da devastação ecológica desaparecerá (Federici, 2019, p. 277).

Dessa forma, a compreensão sobre a luta pelo Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), com a mediação da agroecologia e a centralidade do protagonismo das mulheres, passa pelo reconhecimento, resgate e renovação das lutas precedentes, pois como se diz no seio do movimento: “nossos passos vêm de longe”.

No Brasil, nossa Constituição Federal reconhece em seu 6º artigo o DHAA e a partir desse pressuposto constitucional a luta popular vem construindo o sentido de

que não basta ter acesso ao alimento, mas que este deve estar adequado às necessidades sociais e culturais das populações. Assim, a defesa do consumo de alimentos saudáveis passa pela compreensão do processo produtivo em sua totalidade. Nessa perspectiva, mediante o avanço do neoliberalismo, que se expressa no ataque aos direitos sociais e na criminalização da organização popular, a luta pelo acesso à terra, aos territórios, aos saberes, às sementes crioulas, à cultura, aos direitos dos povos e comunidades tradicionais, é central na pauta da soberania e segurança alimentar e nutricional.

Mais recentemente, a V Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, em 2015, materializa essa concepção política no manifesto *Comida de Verdade, no campo e na cidade, por soberania alimentar e direitos*, simbolizando a necessidade da erradicação da fome pelo acesso aos alimentos saudáveis, o que pressupõe o enfrentamento dos monopólios do sistema agroalimentar que “comodifica” os alimentos e a construção de sistemas alimentares mais justos e sustentáveis que tenham como base a agroecologia (Schottz, 2019).

Nesse sentido, o campo da agroecologia que, desde os anos 90, vem se constituindo como espaço de força popular e acadêmica no enfrentamento ao agronegócio, passa a ser alimentado também pelos movimentos feministas. O GT Mulheres da ANA é constituído em 2004 para fomentar a auto-organização das mulheres, como vimos, reconhecendo seu protagonismo em diferentes regiões/biomas do país, incidindo sobre as políticas públicas e estimulando a formação política por meio de metodologias da educação popular.

Tal protagonismo parte do princípio que agroecologia não se resume a alterações técnicas para a produção de alimentos saudáveis, mas contribui para ampliar o conceito que envolve a luta por uma nova sociabilidade com relações sem dominações de classe, sem opressões étnico-raciais e patriarcais e considerando a co-evolução da humanidade com a natureza.

Adensando essa perspectiva política em seu detalhamento, Silva (2019) afirma:

A soberania alimentar é uma bandeira política que tem como traço fundamental a indissociabilidade de diversos elementos. Não existe soberania alimentar sem: reforma agrária, direitos territoriais e de gestão dos bens da natureza, direitos aos territórios tradicionais pesqueiros, garantia do acesso à terra e aos demais meios de produção; acesso à água limpa e livre de contaminações e em quantidade suficiente para o consumo humano e para a produção de alimentos; adoção de um modelo sustentável, solidário e justo de produção e consumo de alimentos de base agroecológica; acesso de todas e todas a uma alimentação adequada e saudável livre de contaminações biológicas, químicas e genéticas, como microrganismos, agrotóxicos e transgênicos; fortalecimento da agricultura familiar e de mercados locais, garantindo o abastecimento de alimentos também por meio de compras públicas; acesso aos serviços de saúde e nutrição; políticas de geração de emprego e renda; adoção de políticas de comércio

internacional que não submetam a soberania alimentar aos interesses econômicos do livre comércio; *ações voltadas para o empoderamento e autonomia econômica das mulheres, uma vez que é sobre elas que recaem as responsabilidades pela busca e o preparo dos alimentos, procura e transporte de água em locais de escassez, e é sobre elas que a insegurança alimentar e nutricional se manifesta com maior frequência* (Silva, 2019, p. 51-52; grifos nossos).

A síntese do debate teórico-conceitual aqui apresentado sobre o DHAA e a luta pela soberania e segurança alimentar e nutricional, em conexão com a agroecologia e os feminismos, se expressa no GT Mulheres Serra Mar por meio da educação e da extensão popular, num processo de mútua retroalimentação e construção coletiva do conhecimento.

Adapte, use e reutilize – Educação, extensão e metodologia popular: muito a construir

A trajetória do GT Mulheres da Articulação de Agroecologia Serra Mar tem sido marcada pela utilização de metodologias participativas com o objetivo de dar visibilidade ao trabalho das mulheres agricultoras e de fortalecer o conjunto de mulheres que integram o GT por meio criação de espaços presenciais e virtuais para trocas a partir da experiência de vida e do conhecimento, popular e/ou acadêmico, adquirido por cada uma de nós.

O projeto sobre as Cadernetas Agroecológicas, instrumento metodológico desenvolvido pelo CTAZM/MG em parceria com o GT Mulheres da ANA, foi um dinamizador que possibilitou que as agricultoras envolvidas pudessem dimensionar o seu próprio trabalho, o que tem a potência de proporcionar transformações nas relações familiares, comunitárias e sociais, rompendo com a histórica desigual divisão sexual do trabalho.

Nos encontros realizados pelo GT Mulheres AASM, temos buscado adotar a metodologia de educação popular *campesino a campesino* (Mendonza et al., 2010). Dessa forma o conhecimento agroecológico se constrói de forma coletiva e tendo como centro o protagonismo das agricultoras a partir da troca de saberes e fazeres. A escolha das temáticas a serem trabalhadas nas oficinas e todo seu processo preparatório (local, alimentação, metodologia, recursos, deslocamento) é construído de forma coletiva pelas mulheres do GT (Schottz et al., 2020)

Nessa caminhada de conhecimento mútuo, a metodologia precisa dialogar com a história de vida de cada uma que é marcada por opressões patriarcais, étnico-raciais e de classe. Ainda que não tenhamos sistematizado o perfil desse grupo de 28 mulheres, por meio da observação participante constatamos que 15 são agricultoras e dessas, cerca de 12 contam com a renda advinda dessa produção agroecológica, seja para usufruto individual, sendo para compor a renda familiar. A maioria é negra, tem mais de 40 anos, tendo filhos e em alguns casos, netos. Algumas têm vínculos religiosos. Ainda que insuficientes, esses indicadores nos sinalizam a importância de

respeitar as escolhas, inclusive religiosas, e o processo de autonomização de cada uma.

Tendo em vista a diversidade de ações desenvolvidas ao longo dessa caminhada, percebemos que é muito importante a criação de instrumentos que possam registrar essa multiplicidade. Mais recentemente, no contexto da pandemia do novo coronarívus, passamos a compor um projeto de pesquisa e extensão do curso de enfermagem da UFF de Rio das Ostras intitulado *Recomendações técnicas, saberes e práticas populares no enfrentamento da covid-19 em zona rural*. Por meio dessa inserção, utilizamos o aplicativo *whatsapp*, que é o mais acessível e de uso conhecido pelas agricultoras, para abordar como entendem esse contexto da pandemia, o que sabem sobre a doença e como estão se cuidando para evitar o contágio. Ao longo dessa atividade, percebemos a importância da tecnologia da informação a serviço da auto-organização popular, seja para a sistematização e organização do que vem sendo construído pelo GT, possibilitando dimensionar o acumulado e perspectivando continuidades e inovações, seja para estabelecer comunicação de forma acessível e frequente.

Nesse sentido, apesar de toda a dramaticidade que o contexto da pandemia vem trazendo, há também possibilidade de permanência da organização e da luta. As próprias agricultoras afirmam que sentem falta de abraço, de aglomerar, de trocar afetos de forma presencial. Dessa forma, a virtualidade não substitui a construção presencial, mas vem se mostrando como uma importante ferramenta de conexão de laços, ideias e ações. No atual contexto, o acesso gratuito às redes de internet também deve ser agregado à luta por políticas públicas universais. Sem esse acesso as trocas teriam sido interrompidas tendo em vista que o deslocamento é uma questão para o GT que é composto por mulheres que residem em diferentes territórios.

No âmbito da disciplina optativa Produção e Reprodução Social da fome, ministrada no âmbito do curso de Serviço Social da UFF Rio das Ostras, os/as estudantes produziram *podcasts* sobre a temática para dar visibilidade a um conjunto de iniciativas populares de enfrentamento à fome, dentre as quais se encontra o GT Mulheres da AASM. Trata-se de uma disciplina optativa, pensada especialmente para o período da pandemia que busca articular de forma orgânica as dimensões do ensino, pesquisa e extensão, tendo em vista que a própria disciplina foi inspirada pelas ações extensionistas em curso, atentando para a necessidade de contribuir para a comunicação popular.

Cabe registrar que a comunicação virtual e a linguagem que a acompanha é inescapável para todas as gerações e, em especial, para a juventude. A comunicação popular por esse meio deve ter um alcance para que a própria juventude rural se reconheça em sua identidade e na luta no campo da agroecologia. Sendo assim, a própria juventude pode produzir materiais que agreguem nessa luta. Em muitas atividades do GT estamos acompanhadas de nossos filhos e netos e os mesmos têm demandado atividades específicas, o que vem sendo objeto de reflexão coletiva.

No campo da sistematização das experiências, identificamos que há necessidade de planilhas específicas para registrar cada ação desenvolvida em sua especificidade buscando identificar mulheres e/ou famílias envolvidas, territórios de

moradia, idade, composição familiar, tipos de produtos, periodicidade da produção, formas de comercialização, renda obtida, relações comunitárias e sociais, dentre outras informações pertinentes para o reconhecimento do perfil do grupo. Dessa forma, as ações poderão ser melhor avaliadas, contribuindo para continuidade, revisão, ampliação, divulgação das conquistas.

Indubitavelmente a universidade tem muito a contribuir a partir de uma perspectiva transdisciplinar e interinstitucional. No chão da realidade cotidiana não há fragmentos e fronteiras, com cada sujeito reunindo em si dimensões subjetivas e materiais a partir da história nos territórios vividos. Por isso, a partir do compromisso com a transformação social nesse chão da realidade, a agroecologia reúne essa potência que congrega áreas do conhecimento acadêmico como saúde pública, agronomia, biologia, serviço social, psicologia, geografia, arquitetura, engenharia, enfermagem e todos os conhecimentos que quiserem se agregar. Nossa luta é para que as próprias agricultoras e agricultores enxerguem a universidade como seu espaço de direito, não só no âmbito da extensão, mas também da pesquisa e do ensino.

Reescrevendo a palavra (e o mundo): novos horizontes e aprendizados para a formação profissional

A partir da experiência do GT Mulheres da AASM, temos a oportunidade de integrar um coletivo que se propõe a construir uma práxis política que busca a liberdade e a emancipação humana. Nessa curta trajetória, de 2017 até a atualidade, já é possível identificar a auto-organização das mulheres como motor em defesa da vida, o que supõe o enfrentamento à pobreza, ao patriarcado, ao racismo, à intolerância religiosa, ao preconceito contra a diversidade sexual, ao capitalismo. Os encontros presenciais foram, e são, fundamentais para a criação de identidade e confiança do grupo. Com essa base fortalecida foi possível a permanência da articulação ao longo do período da pandemia, com mensagens cotidianas de trocas de informações não só sobre vida singular de cada uma, mas de assuntos de interesse do GT, como cursos, lives, eventos online, informações sobre direitos, como renda emergencial, acesso aos serviços de saúde em tempos de pandemia, etc. Nesse contexto, a comunicação foi mantida, novos desafios apareceram, bem como novas perspectivas, a exemplo dos seus produtos passarem a integrar cestas agroecológicas na região, iniciativa até então não expressiva na região. Outro avanço importante foi o lançamento do podcast “Poesias Culinárias” pelo GT Mulheres da AASM, iniciativa apoiada pela lei Aldir Blanc.

Dessa forma, nossa experiência vem demonstrando a força das mulheres no enfrentamento da pobreza, na construção de outro mundo, o que passa pelo alimento no mais amplo sentido. Desde o alimento físico, com diversidade de cultivos saudáveis, cheios de história, ancestralidade e sabedoria popular, até o alimento da alma pela rede de força que as mulheres são capazes de construir. Não se trata de romantizar a força feminina, mas de reconhecer que essa força vem de dores,

lágrimas, mas também de muita esperança, luta e solidariedade, sobretudo entre as próprias mulheres.

Nessa interação não há perdas, apesar dos desafios e dificuldades, mas ganhos para o campo popular e acadêmico agregando novos saberes, conhecimentos e práticas.

Como forma de sintetizar as conexões que vêm sendo construídas no âmbito do GT Mulheres da AASM, apresentamos a seguinte imagem:

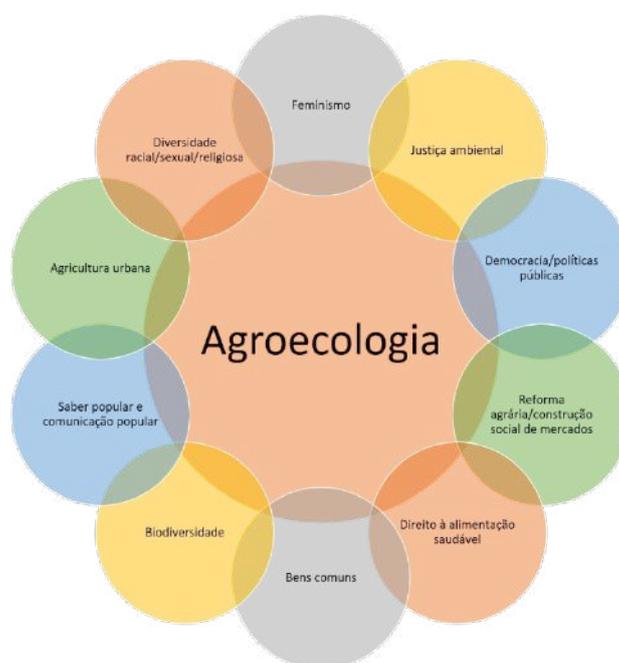


Imagem 1

Inspirando-nos nas atividades que o GT desenvolveu sobre troca de receitas para a soberania e segurança alimentar e nutricional, nessa caminhada aprendemos que não há uma receita pronta, mas muitas a serem construídas em que cada uma tem um ingrediente e um tempero especial que fortalece essa rede feminista na luta por uma divisão, reconhecimento, valorização e remuneração justa do trabalho que favoreça todo o conjunto de transformações necessárias para um mundo pactuado por uma ética humanista e libertária.

Receita de cultivo de redes de mulheres agricultoras e educadoras feministas

Ingredientes:

- Um bom punhado de trocas horizontais e feministas;
- 2 xícaras de acolhimento afetuoso
- Altas doses de espírito de luta, choro, alegria e esperança por um novo devir.

Modo de preparar:

Convidem sempre novas companheiras, misturem os ingredientes com muita prosa e cuidado, tempere com sentimentos. Cantem, dançam, celebrem, lutem e desfrutem. Possíveis resultados: Caminhos para emancipação antipatriarcal, antiracista, antilgbtfóbica, anticapitalista.

Referências

ANA. **Articulação Nacional de Agroecologia. Rios da memória das mulheres da agroecologia 2018.** Disponível em: <https://agroecologia.org.br/2018/06/03/rios-da-memoria-das-mulheres-da-agroecologia/>. Acesso em: 04 nov. 2020.

CARDOSO, Elisabeth; et al. **Guia Metodológico da Caderneta Agroecológica.** Recife: EDUFRPE, 2019.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução:** trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

GT MULHERES DA ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. **Sem feminismo não há Agroecologia!** Folheto impresso. Belo Horizonte, 2018. Disponível em: https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2018/09/Mulheres_folder-ena_web-1.pdf. Acesso em: 08 dez. 2020.

PORTO-GONÇALVES, Carlo Walter. Sader, Emir (org). **O desafio ambiental.** Rio de Janeiro: Ed. Record, 2004. (Os porquês da desordem mundial. Mestres explicam a globalização).

MENDONZA, Felix Zenén Martínez et al. Herramientas para la Metodología Campesino a Campesino innovación pedagógica para construir saberes agroecológicos. **LEISA Revista de agroecología.** v. 26, n. 4., Diciembre de 2010.

SCHOTTZ, Vanessa. Comida de verdade no campo e na cidade: refletindo sobre direito humano à alimentação, mulheres e agroecologia. *In:* LIMA, Aline et al (orgs.). **Mulheres e soberania alimentar:** sementes de mundos possíveis. Rio de Janeiro: Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS), 2019. p. 15-30.

SCHOTTZ, Vanessa et al. Mulheres da Articulação de Agroecologia Serramar: Compartilhando Receitas para a Soberania Alimentar. *In:* Congresso Brasileiro de Agroecologia, 11, 2019, São Cristóvão-SE. **Cadernos de Agroecologia. Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia,** São Cristóvão-SE: Associação Brasileira de Agroecologia, 2020. v 15, n.2, p. 1-5.

SILVA, Emilia Jomalini Medeiros. Sistemas alimentares, soberania alimentar e a vida das mulheres: elementos para o debate. *In:* Lima, Aline et al (orgs.). **Mulheres e soberania alimentar:** sementes de mundos possíveis. Rio de Janeiro: Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS), 2019. p.42-56